


C.M.C.M
Secretaria
Processo nº 249.125
Rubrica JLS Fls. 02

	Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceição de Macabu - RJ Sistema de Apoio ao Processo Legislativo	 000249
COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12025/09/16000249		
Número / Ano	000249/2025	
Data / Horário	16/09/2025 - 09:36:25	
Ementa	Inclui no Calendário Oficial de Festas, Eventos, Homenagens e Datas Comemorativas do município de Conceição de Macabu, o "Circuito Equestre de Conceição de Macabu", a realizar-se anualmente no primeiro final de semana do mês de agosto, e dá outras providências.	
Autor	Rafinha da Saúde	
Natureza	Legislativo	
Tipo Matéria	Projeto de Lei Ordinária	
Número Páginas	2	
Número da Matéria	39	
Emitido por	FellipeStael	



C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 119/25
Rubrica Fls 03

LIDO
11/09/25

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

PROJETO DE LEI N.º 039/2025

APROVADO POR UNANIMIDADE
11/09/25
PRESIDENTE

INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS, EVENTOS, HOMENAGENS E DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU, O CIRCUITO EQUESTRE DE CONCEIÇÃO DE MACABU, A REALIZAR-SE ANUALMENTE NO PRIMEIRO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DELIBERA:


Art. 1º Fica determinada a inclusão do “Circuito Equestre de Conceição de Macabu” no Calendário Oficial de Festas, Eventos, Homenagens e Datas Comemorativas do Município de Conceição de Macabu/RJ, como evento permanente.

Parágrafo único. O evento instituído no *caput* deste artigo dar-se-á, anualmente, sempre no 1º (primeiro) final de semana do mês de agosto.

Art. 2º O “Circuito Equestre de Conceição de Macabu” observará integralmente as disposições da Lei Municipal nº 1.959, de 2025, inclusive no que se refere ao apoio logístico e financeiro pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu, 16 de setembro de 2025.


Raphael da Silva Chagas Barbosa
(Rafinha da Saúde)
Vereador
2025-2028



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 249/25
Rubrica F's 04

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo incluir, de forma oficial, o **Circuito Equestre de Conceição de Macabu no Calendário Oficial de Festas, Eventos, Homenagens e Datas Comemorativas do Município**, a ser realizado anualmente no **primeiro final de semana de agosto**.

O Circuito Equestre de Conceição de Macabu já se mostra como um evento de relevante importância cultural, social e turística para o município. O evento valoriza as tradições rurais e equestres da região, com provas como 3 Tambores e Team Roping, além de promover o encontro entre comunidades com shows de grande apelo popular.

Esta festividade estimula o comércio local e fortalece o sentimento de identidade e pertencimento da população macabuense. Ao oficializar a data no calendário municipal, possibilita-se uma melhor organização por parte dos realizadores e do poder público, além de incentivar a participação de visitantes e fomentar o turismo local, consolidando o evento como uma referência na região.

Trata-se de um reconhecimento merecido a uma manifestação que já demonstra grande adesão e importância. A aprovação deste projeto contribuirá para a valorização da cultura tradicional e o fortalecimento das festividades do interior fluminense.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente matéria.

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

☎ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 249/25
Rubrica
Fls. 05

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR)

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 39 DE 2025 - INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS, EVENTOS, HOMENAGENS E DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU, O "CIRCUITO EQUESTRE DE CONCEIÇÃO DE MACABU". A REALIZAR-SE ANUALMENTE NO PRIMEIRO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER

A proposição em referência foi encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo título II, capítulo III, seções III e IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

Constata-se que a matéria analisada está amparada na Constituição Federal e respaldada pela Lei Orgânica Municipal, bem como atende aos ditames regimentais, estando, desta forma, em condições de ser aprovada no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto em referência.

É o nosso parecer.

Tayguara Bueno de Souza Tavares

Relator

Carlos Augusto Paula Barbosa

Presidente

Raphael da Silva Chagas Barbosa

Membro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 249/25
Rubrica [assinatura] Fls. 02

AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL
SR. VALMIR TAVARES LESSA
OFÍCIO GP Nº 191/2025

Conceição de Macabu/RJ, 11 de novembro de 2025.

Assunto: Encaminhamento
AUTÓGRAFO DO PLO 39/2025 – Poder Legislativo

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para encaminhar o autógrafo do Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 39/2025, de autoria do Poder Legislativo, que ***“INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS, EVENTOS, HOMENAGENS E DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU, O CIRCUITO EQUESTRE DE CONCEIÇÃO DE MACABU, A REALIZAR-SE ANUALMENTE NO PRIMEIRO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

Informo a Vossa Excelência que o PLO foi lido na reunião ordinária do dia 17/09/2025, não tendo recebido emendas. Tramitou pelas comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e orçamento, sendo incluso na Ordem do Dia de 11/11/2025 e, após, foi aprovado por unanimidade.

Encaminho o presente autógrafo para sanção e publicação do PLO em forma de Lei Municipal, conforme previsto na Lei Orgânica do Município (LOM).

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Marco Antonio Oliveira da Silva
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Prefeitura Municipal de Conc. de Macabu	
PROTOCOLO GERAL	
Nº:	18.954/25
Em:	12 / 11 / 25
Ass:	[assinatura]

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 249.125
Rubrica *[assinatura]* Fls. 03

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 39/2025

INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS, EVENTOS, HOMENAGENS E DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU, O CIRCUITO EQUESTRE DE CONCEIÇÃO DE MACABU, A REALIZAR-SE ANUALMENTE NO PRIMEIRO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, APROVOU e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, SANCIONA, a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica determinada a inclusão do “Circuito Equestre de Conceição de Macabu” no Calendário Oficial de Festas, Eventos, Homenagens e Datas Comemorativas do Município de Conceição de Macabu/RJ, como evento permanente.

Parágrafo único. O evento instituído no *caput* deste artigo dar-se-á, anualmente, sempre no 1º (primeiro) final de semana do mês de agosto.

Art. 2º O “Circuito Equestre de Conceição de Macabu” observará integralmente as disposições da Lei Municipal nº 1.959, de 2025, inclusive no que se refere ao apoio logístico e financeiro pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu/RJ, 11 de novembro de 2025.

Marco Antonio Oliveira da Silva
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br

☎ (22) 2779-2047

🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>

LEI Nº 1.978/2025.

INSTITUI A "COMENDA DE MÉRITO AGROPECUÁRIO JOSÉ NOLASCO DE SALLES FILHO (ZEQUINHA SALLES)" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, APROVOU e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, SANCIONA, a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Conceição de Macabu, a "Comenda de Mérito Agropecuário José Nolasco de Salles Filho (Zequinha Salles)", honraria destinada a reconhecer e valorizar produtores rurais, pecuaristas, agricultores e personalidades que se destacam no desenvolvimento do agronegócio e na preservação das tradições rurais macabuenses.

Art. 2º A honraria de que trata esta Lei será concedida em Sessão Solene da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, limitada a 1 (uma) concessão por Sessão Solene.

Art. 3º A escolha do homenageado será feita:

I - por indicação dos Vereadores, mediante requerimento fundamentado;
 II - mediante aprovação do Plenário da Câmara Municipal, nos termos do Regimento Interno.

Art. 4º A honraria será materializada em diploma, certificado ou medalha, a critério da Mesa Diretora da Câmara Municipal, devendo constar:

I - o nome do homenageado;
 II - a expressão "Comenda de Mérito Agropecuário José Nolasco de Salles Filho (Zequinha Salles)";
 III - a data da entrega;
 IV - a assinatura do Presidente da Câmara e do autor da honraria.

Art. 5º A "Comenda de Mérito Agropecuário José Nolasco de Salles Filho (Zequinha Salles)" passa a integrar o rol oficial das distinções e comendas da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 11 de novembro de 2025.

VALMIR TAVARES LESSA
 - Prefeito Municipal-

LEI Nº 1.979/2025.

INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS, EVENTOS, HOMENAGENS E DATAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU, O CIRCUITO EQUESTRE DE CONCEIÇÃO DE MACABU, A REALIZAR-SE ANUALMENTE NO PRIMEIRO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, APROVOU e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, SANCIONA, a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica determinada a inclusão do "Circuito Equestre de Conceição de Macabu" no Calendário Oficial de Festas, Eventos, Homenagens e Datas Comemorativas do Município de Conceição de Macabu/RJ, como evento permanente.

Parágrafo único. O evento instituído no caput deste artigo dar-se-á, anualmente, sempre no 1º (primeiro) final de semana do mês de agosto.

Art. 2º O "Circuito Equestre de Conceição de Macabu" observará integralmente as disposições da Lei Municipal nº 1.959, de 2025, inclusive no que se refere ao apoio logístico e financeiro pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de novembro de 2025.

VALMIR TAVARES LESSA
 - Prefeito Municipal-

**RESOLUÇÃO 031/2025**

DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) E DA REALIZAÇÃO DE CONTRATOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA FINS NÃO VINCULADOS AO SUAS, ESPECIALMENTE PARA CUSTEIO, MANUTENÇÃO OU ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Conceição de Macabu, no exercício de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.635/2020, que reestrutura e organiza o CMAS como instância deliberativa, permanente e paritária do Sistema Descentralizado e Participativo da Política Municipal de Assistência Social, bem como pelas disposições da Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS) e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 1.635/2020, o CMAS é órgão de controle social responsável por deliberar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO o disposto no art. 30 da Lei nº 8.742/1993 (LOAS), que determina que o Fundo de Assistência Social constitui unidade orçamentária e contábil destinada exclusivamente ao financiamento da Política de Assistência Social e das ações do SUAS;

Considerando que o FMAS é unidade orçamentária exclusiva para execução das ações da Política de Assistência Social, conforme determina a LOAS e reproduz a legislação municipal, cabendo ao CMAS assegurar a correta vinculação e destinação dos recursos, prevenindo desvios de finalidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.435/2011 consolidou o modelo de cofinanciamento federativo do SUAS, estabelecendo que o financiamento dos serviços, programas, projetos, benefícios e da gestão da assistência social deve ocorrer de forma exclusiva por meio dos Fundos de Assistência Social;

CONSIDERANDO os arts. 131 e 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), que definem o Conselho Tutelar como órgão autônomo e integrante do Sistema de Garantia de Direitos, não sendo parte da rede socioassistencial nem da estrutura do SUAS;

CONSIDERANDO que o art. 134 do ECA determina que o Município deve garantir dotação orçamentária própria para assegurar a estrutura, o funcionamento e a remuneração dos Conselheiros Tutelares, não sendo legalmente permitida a utilização de recursos da assistência social para esta finalidade;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade e da finalidade administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal, que vedam a realização de despesas públicas para objetivos não vinculados à competência legal do órgão ou da política pública;

CONSIDERANDO o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, e o art. 8º da Lei nº 4.320/1964, que proíbem o desvio de finalidade e a utilização de recursos vinculados em finalidade diversa da prevista em lei;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 6/2025/SNAS/DEFNAS, de 15 de julho de 2025, que orienta expressamente que, na elaboração da PLOA 2026 e do Quadro Detalhado de Despesas (QDD), não devem ser alocadas, na Unidade Orçamentária do Fundo de Assistência Social, quaisquer ações, programas ou despesas que não integrem o SUAS, incluindo de forma explícita a vedação de qualquer gasto referente ao Conselho Tutelar, conselhos que não o CMAS, segurança alimentar, comunidades terapêuticas, políticas sobre drogas, direitos humanos, juventude, habitação, defesa civil e demais ações não previstas no ordenamento do SUAS;

CONSIDERANDO o dever do CMAS, previsto no art. 17 da LOAS, de apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social, emitindo recomendações necessárias à correta aplicação dos recursos vinculados;

CONSIDERANDO que a realização de contratos ou despesas pela Secretaria Municipal de Assistência Social para órgãos externos ao SUAS caracteriza desvio de finalidade, passível de responsabilização administrativa, civil e financeira pelos órgãos de controle interno e externo;